

MANUELA RIBEIRO

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro

Tomando a dianteira: mulheres e emigração em regiões desfavorecidas

167

Em aberto contraste com o padrão dominante do que se pode considerar como a primeira fase do ciclo europeu da emigração, as mulheres, em especial as mais jovens, as raparigas, têm-se vindo a posicionar na primeira linha do processo, imparável, de abandono das regiões ditas desfavorecidas, das regiões de montanha em particular. Largamente informado e enformado pelas mudanças e desenvolvimentos registados nos contextos genéricos de partida e de destino, tecido e concreti-

zado no âmbito de complexas teias de cumplicidade e solidariedade femininas, este progressivo predomínio das mulheres nos processos emigratórios entronca directamente num quadro mais vasto de estratégias de desagregação, a que as mulheres rurais vêm dando corpo em resposta aos múltiplos desfavores gerais que marcam a vida e os modos de a viver nestas regiões e aos muitos mais que lhes acrescem por virtude da sua condição de mulheres.

Buscar no exterior as respostas para as necessidades de sobrevivência e de reprodução em geral, que minguam localmente, tem sido identificado como uma dimensão estruturalmente intrínseca e historicamente constante dos modos de vida de quem habita em regiões de montanha. E é, justamente, com base neste reconhecimento que L. Fontaine (1990: 1433) conclui que *la mobilité... est un des phénomènes majeurs des sociétés de montagne*, um argumento que, por inteiro, colhe evidência em toda e qualquer análise longitudinal dos viveres das gentes do Barroso, uma região de montanha do Norte de Portugal, que tomamos como a principal referência empírica da reflexão e conteúdos desenvolvidos neste artigo. A insuficiência da agricultura, a escassez e precaridade de outras modalidades locais de ocupação e de rendimento têm obrigado as populações do Barroso a procurar fora dele soluções de vida complementares ou alternativas.

Historicamente, são diversas as formas que essa procura tem assumido e diversos os contextos espaciais em que se tem concretizado, numa inequívoca demonstração da interre-

Introdução

lação e interdependência entre o nível micro das unidades familiares, dos seus recursos, das suas estratégias e tomadas de decisão, e as escolhas que a nível macro lhes são acessíveis, em função do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das articulações e funcionalidades que ele promove entre regiões do mesmo país e dos diferentes países entre si.

A partir de finais dos anos 50, com o crescimento económico, experimentado por alguns países da Europa Ocidental, na sequência do fim da II Guerra Mundial, a emigração dos barrosãos, como aliás do resto dos portugueses, assume configurações e dimensões absolutamente novas. Devido à sua relativa proximidade geográfica e consequente maior facilidade de deslocação e transporte e, acima de tudo, devido às muitas e compensadoras oportunidades de vida que ofereciam, países como a França, o Luxemburgo, a Alemanha, entre outros, rapidamente se convertem em destinos procurados por largos milhares de portugueses em geral e de barrosãos em particular, dando origem a um êxodo populacional de proporções verdadeiramente espetaculares e sem qualquer precedente na história do país e da região. Nesta última, a abertura do ciclo europeu da emigração coincide, de facto, com o início de um processo de marcada e contínua recessão populacional, claramente confirmado pelo saldo negativo de 45,2% e de 52,7% que os dois concelhos da região, Boticas e Montalegre respectivamente, registam em termos de população residente, entre 1960 e 1991.

O efeito de demonstração dos resultados destas experiências de emigração, o exercício da comparação que os cada vez menos que por aqui ainda se vão mantendo fazem entre as suas próprias condições de vida e de trabalho, as dificuldades do seu dia a dia, com outros contextos sociais, nomeadamente com os contextos e padrões de vida urbanos noutras regiões do país e sobretudo no estrangeiro, têm vindo a alimentar, especialmente entre os das gerações mais novas, uma sistemática, e muito marcada, tendência para partir. Partir, desde logo, para se furtarem aos múltiplos desfavores que condicionam a agricultura, ainda e sempre, o principal modo de vida local; para virar costas às muitas desvantagens que rodeiam as condições de vida nas suas aldeias; partir para escapar ao evidente ciclo de decadência em que estas regiões de montanha parecem mergulhadas. Numa palavra, partir para darem ao seu futuro, aos seus

sonhos, aspirações e expectativas, uma oportunidade de se virem a concretizar.

Esta orientação abertamente externa dos planos e da procura de alternativas e de soluções de vida, vem dando corpo ao que é já hoje genericamente identificado como *estratégias de desagrarização* (Mazariegos, 89:209), as quais, dadas as debilidades e limitações das economias locais e regional, se têm vindo, na prática, a traduzir em *estratégias de desruralização*.

De forma quer directa quer indirecta, as mulheres têm vindo reconhecida e progressivamente a perfilar-se como protagonistas de primeira linha das referidas estratégias, em grande medida, como uma reacção de rejeição aos constrangimentos multidimensionais que marcam, no geral, a vida nestas comunidades rurais do interior do país, acrescidos dos que, mais especificamente, lhes resultam da sua condição social como mulheres.

Tomamos como evidência desta posição de crescente dianteira das mulheres nas acima referidas estratégias de desagrarização, os seguintes aspectos:

- a) em primeiro lugar o envolvimento e o protagonismo que as mais novas, as filhas, têm vindo a revelar, os espaços que têm vindo a ocupar nas esferas e instâncias por onde, hoje em dia, mais correntemente vem passando o desenvolvimento daquelas estratégias, a saber:
 - a **educação formal**, como condição necessária a uma saída qualificada da agricultura;
 - a **emigração** propriamente dita, como meio de acesso a melhores oportunidades de emprego e de rendimento;
 - e o campo das **escolhas matrimoniais**.
- b) por outro lado, consideramos a intervenção das mais velhas, das mães, em processos e tentativas de poupar o futuro dos filhos às *sujeições* e restrições dos modos de vida locais, mais em concreto à dureza e às incertezas da actividade agrária, tentativas que elas próprias designam de *tirá-los* [aos filhos] *da lavoura* (mulher de 32 anos).

Com efeito, as mães vêm reconhecidamente assumindo um papel decisivo nestes processos de progressiva e crescente desvinculação dos mais jovens dos meios rurais das

regiões de montanha, concorrendo com muitas e diversificadas formas de apoio para a viabilização e realização dos mesmos. O seu empenhamento tende, porém, a assumir contornos muito mais explícitos e a ser mais determinante no caso das filhas, facto que a maior parte destas mães justifica com base na sua própria experiência de vida, enquanto mulheres, esposas e agricultoras, experiência que, em regra, avaliam como muito desequilibrada em termos do que lhes exige e das compensações que lhes proporciona. E é por assim ser que elas tão activamente procuram impedir que as filhas repitam o mesmo tipo de experiências. A emigração para integração em mercados de trabalho urbanos, sobretudo no estrangeiro, aparece, neste contexto, aos olhos de muitas destas mães, sobretudo entre as de menos posses materiais, como a via mais directa e mais efectiva, e por consequência, a mais valorizada, de realização daquelas intenções.

O crescente predomínio das raparigas nos processos mais recentes de emigração

Ao longo das cerca de quatro décadas que a emigração do Barroso para países da Europa já conta, o envolvimento das mulheres e nomeadamente das raparigas nas correntes de saída evoluiu gradualmente da presença comparativamente modesta que tiveram na fase inicial, isto é, nos primeiros anos daquela emigração, até à posição de relativa liderança que nelas detêm, hoje em dia.

Este progressivo predomínio das raparigas decorre largamente das mudanças profundas e substanciais que entre tanto se foram registando, tanto nos contextos de partida, como nos de destino, e que, no geral, se vêm mostrando mais favoráveis para a emigração de raparigas do que da dos rapazes. O actual activismo das raparigas nos processos de abandono dos meios rurais das regiões mais desfavorecidas como o Barroso representa uma clara inversão do que foram os padrões tradicionais e mais comuns da emigração portuguesa transoceânica, e em larga medida ainda, também da primeira fase do ciclo europeu. Numa e noutro, as raparigas tiveram, por comparação com os rapazes, uma participação bem menos significativa.

De facto e quanto à emigração transoceânica, sobretudo para o Brasil e os Estados Unidos da América, os dois principais destinos da emigração do Barroso até aos primeiros anos da década de sessenta deste século, pode dizer-se que ela foi basicamente individual e masculina. Em situações de evidente desvantagem em relação aos indivíduos do sexo

masculino, devido, entre outras razões, aos seus muito mais elevados níveis de analfabetismo, a participação das mulheres nesta corrente migratória esteve grandemente restringida à sua condição de esposas, até porque, por norma, o barro-são *brasileiro* ou *americano*, muito dificilmente abdicava de casar com mulher da sua terra/região de origem (*in* Guerreiro, 1981:200).

Nos primeiros anos da emigração para a Europa, ou seja, *grosso modo* até meados de 70, a saída das raparigas, ainda que por razões claramente diferenciadas em função das diferentes pertenças de classe das respectivas unidades familiares, continua a ser bastante mais contida do que a dos rapazes. Assim, e no que respeita mais especificamente às famílias de maiores posses — médios e grandes lavradores — a sua integração no movimento massivo de saídas para os novos destinos europeus de muitos dos seus filhos-homens entronca directamente numa linha de continuidade com a sua longa tradição de emigração transoceânica.

Sair para o Brasil ou para os Estados Unidos da América foi, durante muito tempo, uma solução correntemente adoptada ao nível destes grupos sociais, como forma de compensar algum(uns) dos seus, quase sempre muitos, filhos, face à prática institucionalizada de favorecimento de um único herdeiro, em geral o filho varão mais velho, com a parte maioritária da herança familiar para, assim, garantir a indivisibilidade dos patrimónios materiais e, conseqüentemente, para manter intacto o prestígio social da casa.

Com a abertura das oportunidades de trabalho em países europeus, a emigração dos jovens pertencentes a famílias de médios e grandes lavradores, embora se tenha ampliado, devido às maiores facilidades na sua concretização, mantém basicamente o formato do padrão transoceânico, isto é, abrange sobretudo os filhos varões, previsível ou declaradamente excluídos do *terço*¹. A emigração das filhas, das raparigas, fora do casamento, continua a ser grandemente contida pela definição cultural do que é *próprio* para raparigas pertencentes a estes grupos sociais, definição cuja interiorização fazia as próprias raparigas menos reivindicativas sobre a necessidade, o direito, a vantagem de emigrarem.

Para além das restrições ideológicas, a saída das raparigas foi também limitada por razões económicas, que se prendem com a ainda muito extensa autarcia em que, por então,

¹ Designação corrente da quota disponível.

assentava a reprodução das unidades familiares, em resultado do débil grau de monetarização e de mercantilização das economias locais, uma autarcia que era largamente assegurada através das tarefas que, por força dos padrões vigentes de divisão sexual do trabalho, cabiam às mulheres. Fiar (linho e lã), tecer, costurar, coser, fazer meia, eram áreas de primordial importância no contexto desta autarcia familiar. Estas e outras actividades de produção de bens de uso directo — fazer o pão, preparar enchidos, *peças*² e presuntos... — integravam, a par das tarefas mais especificamente agrárias, o vasto espectro de solicitações que a unidade familiar exercia sobre o trabalho das suas mulheres. A sua ocupação era, por isso, muito intensa e, ao mesmo tempo, muito regular, não registando, ao contrário da dos homens, as quebras decorrentes da acentuada sazonalidade que caracteriza o sistema agrícola da região.

À relativamente maior imprescindibilidade do trabalho das mulheres nas formas tradicionais de reprodução destas unidades familiares, somavam-se também as vantagens comparativas que as mulheres apresentavam no plano da substituição mútua do trabalho, entre os indivíduos de ambos os sexos, pois podiam assegurar também uma boa parte das tarefas que os rapazes deixassem, por acumulação com o *trabalho da casa*. Pelas razões sumariamente enunciadas, o trabalho destas raparigas e a sua permanência em casa apareciam como indispensáveis à reprodução socioeconómica das respectivas unidades familiares, o que tornava grandemente problemática, quando não mesmo impensável, a sua partida.

Distinta era, por então, a situação das filhas nas famílias mais pobres — *cabaneiros*³ e pequenos lavradores⁴. A linha, permanentemente tangencial, de sobrevivência por onde, em geral, corria a vida dos cabaneiros e de muitos dos lavradores mais pequenos, implicava forçosamente uma muito maior distensão normativa na definição dos limites de acção feminina, pela necessidade de incorporação activa e precoce das raparigas destas famílias, na dura luta pela existência. Por isso é que, até onde as memórias locais alcançam

² Terminologia local para designar a carne mais gorda do porco (toucinho).

³ Famílias que *sem terras, nem carro, nem vacas... viviam carregados de filhos e de miséria*. (Guerreiro, 1981:66-67).

⁴ Os que, no dizer de J. A. Taboada (1990:4), *não alimentavam mais que uma junta [de vacas], sendo, por isso, considerados como que parentes pobres, a que pouca importância se dava*.

recuar, se colhe notícia de raparigas, originárias destes dois grupos sociais, partindo muito cedo, para servir em casas da região, mas também de Lisboa, para trabalhar nas vindimas no Douro, nas minas da Borralha, para contrabandear entre os dois lados da fronteira, para pedir por esse país fora, pela Galiza.

Por outro lado, para elas praticamente não existiam os impedimentos da roca, do tear ou da masseira do pão, pois o muito que sempre fiam, teceram e amassaram, quase nunca era para si ou para as suas famílias. Faziam-no, quase sempre, a troco de uma medida de farinha, de uma broa, de um avental, em suma, *por favor*, para as casas dos lavradores que eram as que tinham as ovelhas e as terras para semear o linho e o centeio.

— Desde miúdas que começámos a trabalhar para as lavradeiras. Fazíamos-lhes um par de carpins⁵, por uma abada de batatas. Iamos peneirar, amassar, cozer o pão para elas, tudo por uma broa, que era sempre a mais pequena da fornada (mulher de 40 anos).

Tão pouco lhes pesava a pressão do trabalho agrário pois, as mais das vezes que o faziam, era também para os lavradores e igualmente *por favor*. Assim, contra a sua emigração, a única restrição consistente era a que resultava da falta de dinheiro para custear as correspondentes despesas. E como, não raro, tinham que competir por ele com o pai e/ou os irmãos, tiveram, as mais delas, que esperar que estes as mandassem ir.

Ainda que por razões distintas, as raparigas tiveram, como já dissemos, uma presença relativamente discreta na primeira fase da emigração europeia, uma situação que, sobretudo ao longo dos últimos anos, tem vindo a mudar significativamente. As mulheres e, mais em concreto as raparigas, têm vindo a tomar a dianteira nos processos de saída, tirando, aliás, partido das transformações entretanto ocorridas nos contextos de partida e nos de destino.

A intensificação da emigração das raparigas remete em boa parte para as muitas, amplas e profundas mudanças que a nível local se registaram, quer no plano material quer no

**A evolução
do quadro
de partida**

⁵ Meias de homem, *meiotes*, peúgas.

ideológico, na sequência, de resto, da própria emigração para a Europa.

No âmbito de tais mudanças, ressalta desde logo o facto de que os contributos laborais das raparigas para as respectivas unidades familiares se foram gradualmente tornando mais redundantes e, portanto, menos necessários. A introdução de equipamento mecânico, que a maioria das casas de lavradores tem estado a realizar, e a correspondente afectação do seu manejo aos elementos do sexo masculino, vêm tornando mais facilmente dispensável o trabalho das raparigas, no âmbito agrícola. Também na esfera doméstica, o seu espaço de acção vem ficando mais reduzido. A sua tradicional produção de bens de uso directo — vestuário, sabão, alimentos, etc. — vem progressivamente cedendo lugar aos bens de origem industrial, adquiridos no mercado.

A recente disponibilização, nos meios locais, de determinados serviços, em especial a água corrente e a electricidade, pelas incidências directas e indirectas que os mesmos têm nas actividades domésticas, é também, largamente, responsável por esta relativa contracção das tarefas das mulheres.

Tornada mais dispensável no interior das respectivas unidades familiares, esta mão-de-obra feminina quase nunca encontra alternativas no exterior delas, pois os mercados de trabalho — local e/ou regional —, para além de serem muito exíguos, comportam para o nível médio de preparação escolar e profissional destas raparigas uma oferta extremamente enviesada, dirigida maioritariamente aos indivíduos do sexo masculino, como demonstram os números do próximo quadro (nº 1).

Quadro nº 1

Sectores secundário e terciário, nos concelhos de Boticas e Montalegre. Seu peso relativo e emprego de mulheres (1981)

	Sector Secundário			Sector Terciário		
	% Emprego Total	% Mulheres no total da população activa com emprego no sector	% Mulheres com emprego no sector, no total de mulheres activas com emprego	% Emprego Total	% Mulheres no total da população activa com emprego no sector	% Mulheres com emprego no sector, no total de mulheres activas com emprego
Boticas	10.6	20.5	7.8	11.1	38.2	15.2
Montalegre	12.8	7.8	3.5	13.7	38.4	18.1

Fonte: XII Recenseamento Geral da População. INE, Lisboa.

A persistência da norma tradicional de preferência dos pais pelos herdeiros varões, como sucessores na casa e na exploração agrícola, tem também constituído uma vantagem adicional para os planos de emigração das raparigas. É que, com o decréscimo drástico da dimensão média das famílias, em consequência quer da descida, nas últimas décadas, das taxas de natalidade, quer do intenso êxodo dos anos 60 e 70, a emigração dos filhos-homens tem-se vindo a tornar crescentemente problemática, não apenas por causa das perturbações imediatas que tende a projectar no funcionamento da exploração agrícola, mas sobretudo pela ameaça que representa para a sucessão e continuidade da mesma. Por conseguinte, a pressão que os pais hoje em dia vêm exercendo sobre os herdeiros masculinos para os convencerem a ficar, a resistência que opõem aos seus eventuais planos de saída é, de longe, muito maior do que a que exercem sobre as raparigas.

A par das transformações nas condições de vida material, registam-se igualmente transformações dramáticas e extensas no campo das ideias, dos valores e dos quadros normativos que regulam as relações sociais. A expansão da escolaridade, a crescente difusão dos meios de transporte e de comunicação, muito em especial da televisão, a intensificação dos contactos directos e indirectos com os meios urbanos, e, acima de tudo, a própria emigração têm vindo a romper as diversas formas de isolamento a que historicamente a região esteve, até há pouco, confinada, e a abri-la à avalanche de influências do mundo exterior.

Particularmente mais expostas e receptivas, as gerações mais novas têm vindo também mais rapidamente a absorver estas influências e a acolher as sugestões e opções de vida que elas difundem e enfatizam como socialmente mais desejadas e desejáveis, o que vem dando lugar à formação de tensões intergeracionais mais ou menos latentes, ao alargamento do fosso de separação entre os mais velhos e os mais jovens, e em boa medida também à reavaliação e ao reequacionamento das relações de género no interior da família e na sociedade e dos pressupostos ideológicos que tradicionalmente lhes subjazem e as legitimam.

A emancipação de apertados e rígidos esquemas de autoridade e controle parentais, o direito a ter opinião própria, a expressá-la e a defendê-la, a liberdade de acção, o primado do individualismo são, entre outros, valores que vêm chegando a estas novas gerações, através da escola, dos

mass media, das cidades⁶, e dos quais elas dificilmente se mostram dispostas a abrir mão. Mais especificamente, a reivindicação, muitas vezes nem sequer formulada ou racionalizada como tal, de maior autonomia e liberdade pessoal, por parte das mulheres mais jovens, de um maior reconhecimento social, de um maior equilíbrio nas relações de género, o questionar do carácter marcadamente androcêntrico das unidades familiares e das sociedades camponesas, são também aspectos que têm vindo a emergir e a ganhar visibilidade dentro do universo ideológico local e, como as próprias mulheres admitem, a impor-se como força importante na constituição do quadro de motivações a que mais imediatamente referenciam o seu envolvimento nas, acima designadas, estratégias de desagrarização.

Em resultado das mudanças que acabámos de sumariar, muitos dos factores que tradicionalmente concorreram para inibir a saída das raparigas, têm estado a ser removidos, restando agora muito menos razões a travar as suas eventuais intenções de emigração.

A evolução do quadro de destino

Quanto ao outro pólo da emigração, o destino, podemos dizer que com o desencadear dos problemas económicos na sequência da crise energética de 73/74, e mais recentemente com a generalizada turbulência dos respectivos mercados de trabalho, por força de processos de reestruturação económica, os principais países de acolhimento de emigrantes portugueses, começam a levantar barreiras e formas de controle administrativas e legais à entrada e à permanência de trabalhadores estrangeiros. Esta situação teve um impacto significativo na corrente emigratória portuguesa, visível desde logo, ao nível dos volumes de saídas, que começam a diminuir claramente a partir de meados de 70, mas, sobretudo, nas novas configurações que, a partir daí, a maioria dos projectos adquire.

Com efeito, os problemas legais a enfrentar nos países de destino e as formas de os contornar e ultrapassar convertem-se, desde então, na questão central da grande maioria dos planos dos muitos, jovens sobretudo, que persistem em buscar melhores alternativas de vida em França, na Suíça, na Alemanha, etc. Para muitos deles, na verdade, a única e última via que vai sobrando quanto à emigração é apenas o

⁶ *Las ciudades crean libertad.* (Young, 1978:298)

desafio aos preceitos restritivos montados pelos governos daqueles países e arriscar viver e trabalhar lá ilegalmente. São o que B. Rocha Trindade e J. Arroteia (86:21) chamam *novos clandestinos*:

- *clandestinos*, por força da irregularidade da sua situação;
- *novos*, por comparação com os muitos milhares de pessoas que, na primeira fase do ciclo europeu da emigração, tiveram que deixar Portugal sem autorização legal para o fazerem, à revelia de absurdos impedimentos de um governo que não só não cuidava de promover o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida do povo em geral, das regiões mais remotas ainda menos, mas se empenhava afanosamente a impedi-lo de aproveitar o que outros lhe proporcionavam.

Quando, com o 25 de Abril, são definitivamente levantados os obstáculos internos às saídas, assiste-se a uma rotação dos problemas e do estatuto de clandestinidade do ponto de partida — Portugal — para os pontos de chegada. E, muito curiosamente, são agora as mulheres, as raparigas, que aparecem a exhibir vantagens comparativas para lidar com os constrangimentos e os condicionalismos impostos pelos governos dos países receptores, e pelas crescentemente mais difíceis condições económicas e sociais que se registam nos países europeus que eram os destinos centrais da emigração portuguesa em geral.

Destinadas, quase exclusivamente, à área dos serviços domésticos, as mulheres são, por isso mesmo, poupadas a muitos dos embaraços que atingem os trabalhadores clandestinos, reunindo, portanto, condições para lograr maior sucesso que os homens. A privacidade e o isolamento dos domicílios, seus locais de trabalho mais habituais, preservam-nas grandemente, da curiosidade e da acção fiscalizadora das autoridades.

Diferente é, porém, o caso dos indivíduos do sexo masculino, que juntam à longa lista dos problemas laborais com que todo o trabalhador clandestino se depara, a (quase) inevitabilidade de uma, mais ou menos ampla, exposição à vigilância policial, decorrendo tal inevitabilidade da própria natureza das actividades a que costumam ter acesso — construção civil, agricultura, serviços em locais públicos, como limpeza de

ruas, manutenção de jardins, empregados de restaurante, etc.

Esta exposição física, mais ou menos imediata, é, por outro lado, agravada por características inerentes a muitas daquelas actividades, entre as quais se destacam os elevados riscos de sinistralidade frequente e grave que algumas, sobretudo a construção civil, envolvem, o que, como é evidente, potencia a vulnerabilidade da posição do imigrante irregular. Também a este nível, as mulheres se dizem mais protegidas, pois nas tarefas domésticas os acidentes, apesar da sua frequência, tendem a apresentar índices de gravidade relativamente mais baixos, compatíveis, na maior parte dos casos, com terapias caseiras.

O alojamento, em casa ou por conta dos patrões, que é cláusula usual nos contratos para serviços domésticos, constitui outra das vantagens das raparigas, que, assim, são poupadas às exigências de identificação pessoal que, em regra, a procura de alojamento implica. Para os homens que têm, quase sempre, que o encontrar pelos seus próprios meios, o alojamento chega a ser considerado como *o principal problema, muitas vezes pior que arranjar trabalho*. A complexidade das questões que o acesso ao alojamento coloca, são, de resto, localmente admitidas como um dos mais sérios travões ao generalizado impulso emigratório dos jovens da região, em especial para os do sexo masculino.

No plano económico, às mulheres são igualmente atribuídas vantagens comparativas pois, embora sujeitas às discriminações e arbitrariedades salariais de que costumam ser vítimas os que trabalham ilegalmente, a elas sempre resta a alternativa de *compor* o salário, através da acumulação de horas de trabalho, da acumulação de funções, da acumulação de patroas, situações que, em regra, a maioria delas percebe e valoriza muito positivamente:

- *Agora estou muito bem. Estou numa paquistanesa que, além de me dar alojamento e me pagar o ordenado mensal, me deixa ir fazer umas horas a outras casas (rapariga de 22 anos, emigrante em Inglaterra).*
- *Eu fui para França tratar de um bebé de uns tios meus. Mas para este ano a minha tia já me arranjou mais outra criança, de uns vizinhos também portugueses, para eu guardar lá em casa e assim poder ganhar mais algum dinheiro, para além daquele que os meus tios me pagam. Eles já disseram que o dinheiro de guardar esta criança vai ficar todo para mim (rapariga de 14 anos, emigrante em França).*

A mais elevada incidência entre os homens de experiências de emigração clandestina mal sucedidas pode, simultaneamente, tornar-se como indicador e corolário das considerações que temos vindo a desenvolver para justificar o argumento de que as mulheres reúnem condições mais favoráveis para enfrentarem este tipo de emigração.

Devido às suas vantagens relativas, no quadro actual da emigração, as mulheres das aldeias do Barroso tendem agora a preceder os homens, nas saídas. Este facto vem-se repercutindo, de forma imediata, na composição demográfica do tecido social local, provocando um acentuado desequilíbrio de sexos, nos escalões etários mais jovens, nomeadamente no escalão dos 15 aos 24 anos, conforme se pode deduzir dos números constantes do quadro a seguir apresentado (quadro nº 2).

179

Quadro nº 2

População residente nos concelhos do Barroso e na região do Alto Trás-os-Montes, por grupos de idade e por sexo (1991)

	0-14 anos			15-24 anos		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Boticas	1561	838	723	1141	620	521
Montalegre	3120	1608	1517	2079	1129	950
A. Trás-Montes	46966	24224	22742	36370	19370	17000

Fonte: XIII Recenseamento Geral População, INE, Lisboa.

O predomínio dos indivíduos do sexo feminino na emigração há-de também, seguramente, constituir factor importante de explicação para o aumento do celibato masculino no Barroso, condição que representa já uma ameaça adicional à reprodução quer das explorações familiares quer da própria sociedade local.

Quadro nº 3

Indivíduos solteiros nos concelhos do Barroso, por sexo (1991)

	Total	Homens	Mulheres
Boticas	3387	1879	1510
Montalegre	6637	3665	2972

Fonte: XIII Recenseamento Geral População, INE, Lisboa.

Partindo agora cada vez mais em primeiro lugar, as raparigas vêm também partindo cada vez mais cedo, em idades mais baixas. Muitas partem logo que terminam os percursos da escolaridade mínima obrigatória, não sendo, porém, de todo, raras as que os abandonam a meio para emigrarem. As que saem em idades tão precoces são, por norma, oriundas de famílias de mais baixos recursos económicos e vão quase todas destinadas a guardar crianças, filhos de casais de emigrantes portugueses, na grande maioria dos casos, seus parentes e/ ou vizinhos.

A pouca idade que têm, a coabitação com casais jovens, dos quais podem, muitas delas, ser tomadas como filhas, o confinamento ao interior das residências que é inerente à actividade que desenvolvem, tornam a sua permanência mais difícil de detectar pelas autoridades policiais, o que, em parte, explica o à-vontade com que os patrões procedem ao seu recrutamento.

As dificuldades gerais e crescentes que têm de enfrentar os novos candidatos a viver e a trabalhar, com um mínimo de segurança e estabilidade, nos países europeus mais desenvolvidos têm vindo a tornar particularmente valorizada a garantia prévia de emprego. Isto implica que, hoje em dia, a emigração se venha desenvolvendo progressivamente dentro de quadros de arranjos de cooperação diversa entre os que já partiram e os que pretendem fazê-lo. Esta necessidade, quase imperativa, de cooperação articula-se quase dialecticamente à sobre-representatividade das raparigas nas correntes de saídas mais recentes do Barroso, pois estando elas em maioria na emigração, estão também mais bem colocadas para providenciarem meios de ajuda às que cá estão, sendo as hipóteses de emprego nos segmentos de mercado em que se inserem — serviços domésticos, precisamente os mais feminizados —, os meios de ajuda que mais directamente estão ao seu alcance. Tudo isto vem dando forma a uma verdadeira cadeia feminina de saídas.

Notas de síntese

O envolvimento e o activismo que as mulheres têm, progressiva e sistematicamente, vindo a assumir nos chamados processos de desagregação em geral, e, mais em particular, na emigração de áreas mais desfavorecidas, podem ser considerados como um dos mais poderosos vectores de reestruturação e mudança dos meios rurais.

Tomada como a evidência de que as mulheres rurais

estão, no dizer de S. Whatmore (1990:225), *a votar com os pés*, a crescente participação das mais novas na emigração sugere, acima de tudo, uma sua maior consciência das diversas e interrelacionadas formas de marginalização que têm enquadrado/enquadram as suas próprias vidas, as das suas famílias e as das comunidades de montanha de que fazem parte.

Mas aquela participação tem também vindo a revelar um elevado potencial de desintegração e desarticulação da agricultura e dos modos de vida camponeses, dos padrões tradicionais da organização e das estruturas familiares, dos sistemas normativos e das construções ideológicas que lhes subjazem, numa palavra, das formas e mecanismos tradicionais de reprodução socioeconómica das famílias e das sociedades locais. Neste sentido, pode dizer-se que os processos de desagrarização coincidirão, em grande medida, com processos de reformulação da identidade das mulheres rurais. ■

Referências Bibliográficas

182

- | | | |
|--|------|--|
| Fontaine, L. | 1990 | «Solidarités Familiales et Logiques Migratoires en Pays de Montagne à l'Époque Moderne». <i>Annales—Économies Sociétés Civilizations</i> 6: 1433-1450. |
| Guerreiro, M. V. | 1981 | <i>Pitões das Júnias Esboço de Monografia Etnográfica</i> . Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico. |
| Mazariegos, J.V. | 1989 | «Las Mujeres en la Agricultura Europea: Elementos para su Estudio Sociológico». <i>Agricultura y Sociedad</i> 51: 205-227. |
| Ribeiro, M. | 1997 | <i>Estratégias de Reprodução Socioeconómica das Unidades Familiares Camponesas em Regiões de Montanha. (Barroso, 1940-1990). Um Estudo de Sociologia em que as Mulheres também Contam</i> . Lisboa: FCG/JNICT. |
| Ribeiro, O. | 1991 | «Povoamento e Usanças Comunitárias no Barroso», <i>Opúsculos Geográficos</i> , IV Volume — O Mundo Rural. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian: 395-406. |
| Rocha Trindade, M. B.;
J. Arroiteia | 1986 | <i>A Emigração</i> . Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais, Centro Estudos Judiciários, Ministério da Justiça. |
| Sampedro, R. | 1996 | «Mujeres del Campo: Los Conflictos del Genero como Elemento de Transformación Social del Mundo Rural». In M. A.García León (ed.), <i>El Campo y la Ciudad</i> . Madrid: MAPA: 81-101. |
| Taboada, J.A. | 1990 | «Terras do Barroso», <i>O Correio do Planalto</i> , nº 297, pg. 4. |
| Whatmore, S. | 1990 | «Theories and Social Practices for Rural Sociology in a "New" Europe», <i>Sociologia Ruralis</i> , vol. XXX, 3-4: 255-259. |
| Young, K. | 1978 | «Economia Campesina, Unidad Doméstica y Migración», <i>América Indígena</i> , vol. XXXVIII, 2: 279-302. |